

XIX Encontro Nacional de Economia Política

O Banco do Nordeste do Brasil e a Comissão de Planejamento Econômico na Bahia: Rômulo Almeida e o desenvolvimento regional brasileiro

Francisco Monticeli Valias Neto

Mestrando em História Econômica pelo IE-Unicamp. Economista pela UNIFAL-MG

Daniel do Val Cosentino

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto e Doutorando em História Econômica pela USP.

Resumo

Rômulo Almeida é um personagem importantíssimo da história econômica e política brasileira por sua atuação e participação nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros durante, principalmente, a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país. Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos, sobretudo o projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil e a Comissão de Planejamento Econômico. Este artigo procura recuperar parte da atuação política e do pensamento econômico regional de Rômulo Almeida evidenciando sua contribuição ao idealizar, conceber e participar da implementação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Comissão de Planejamento Econômico na Bahia (CPE). Desta forma, estaria à mostra sua importância e originalidade nas reflexões precursoras a respeito do planejamento regional.

Palavras-chave: Rômulo Almeida; planejamento econômico; desenvolvimento regional

Submissão para as Seções Ordinárias

Área e subárea temática: 2. História Econômica e Economia Brasileira: 2.1. História Econômica e Social Brasileira

Introdução

Rômulo Almeida é daqueles personagens até certo ponto marginalizados quando consideramos a história econômica e o pensamento econômico brasileiro. São poucos os trabalhos a respeito de suas ideias econômicas e suas ações, quando comparado à importância de sua atuação em momentos importantes da vida política e econômica brasileira. Sua contribuição para as reflexões em torno da realidade brasileira são essenciais. Seu trabalho como homem público, participando ativamente dos projetos industrializantes, de atuação do Estado para a transformação da economia nacional, bem como seu esforço para promover o desenvolvimento regional do Nordeste são merecedores de maior destaque e esforço interpretativo.

Neste sentido dois dos trabalhos mais importantes a respeito do pensamento econômico brasileiro praticamente não retratam ou abordam suas contribuições. Em "Pensamento Econômico Brasileiro",¹ Ricardo Bielchowsky se limita a caracterizar Rômulo Almeida como um desenvolvimentista nacionalista do setor público sem discutir ou se estender sobre suas ideias e contribuições. Sua figura aparece com pouquíssimo destaque na obra, sendo geralmente mencionado apenas como membro da corrente acima citada e chefe da Assessoria Econômica de Vargas, além da referência de sua saída do governo com o suicídio de Vargas e a posse de Café Filho. Já Guido Mantega, em "A Economia Política Brasileira",² nem ao menos o menciona ou o inclui em sua análise, o que pode se dever ao fato de tomar como ponto de partida para a economia política brasileira "Formação Econômica do Brasil" de Celso Furtado, publicado em 1959 ou mesmo a sua abordagem focada na proposição de modelos interpretativos da realidade brasileira.

O fato é que Rômulo Almeida é um personagem importantíssimo por sua atuação e participação nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros durante, principalmente, a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país. Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos, sobretudo o projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil e a Comissão de Planejamento Econômico. Este artigo procura recuperar parte da atuação política e do pensamento econômico regional de Rômulo Almeida evidenciando sua contribuição ao idealizar, conceber e participar da implementação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Comissão de Planejamento Econômico na Bahia (CPE). Desta forma, estaria à mostra sua importância e originalidade nas reflexões precursoras a respeito do planejamento regional.

Rômulo Almeida e o BNB no Segundo Governo Vargas.

Historicamente, a preocupação regional com o Nordeste nasceu com o diagnóstico de que todos os problemas sociais e econômicos da região advinham dos problemas causados pela intermitente seca que a assolava. A primeira medida com o propósito de combater a seca foi a criação da Comissão Imperial, em 1877, cujo objetivo era analisar e propor soluções para o problema. Aquela comissão sugeriu o desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do rio São Francisco, ou seja, grandes obras de engenharia. Porém essas ações foram limitadas e lentas, enquanto se agravava o problema social da região (DINIZ, 1999).

¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

² MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

Desde então, diversos órgãos e departamentos seriam criados sempre com diagnóstico semelhante: IOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca) transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1906, e em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945. Paralelamente, havia sido criada a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste do Brasil com 2% do orçamento da União. Em 1923, a Constituição Federal fixou em 4% do orçamento Federal para o controle das secas, e em consonância, o congresso em 1949 aprova a Lei Sarasate³. Esta lei previa a intervenção do governo para financiar os proprietários e até mesmo agências públicas da região em pequenas obras de combate à seca (aguadas, poços e forragens resistentes à seca).⁴ Destarte, esse posicionamento do Estado deixava muito claro que todos os problemas do Nordeste eram derivados de uma geografia desfavorável, que esporadicamente castigava a região com fortes secas, e, portanto, a partir desse diagnóstico, quaisquer soluções plausíveis encontravam-se no campo da engenharia contra a seca.

Neste contexto, Rômulo Almeida liderando a Assessoria da Presidência da República durante o segundo governo Vargas, organizaria os estudos realizados desde 1951 e publicaria dois anos mais tarde o documento intitulado “Planejamento do Combate às secas” (BNB, 1985). A primeira parte desse estudo desmistificaria toda essa concepção política e econômica de que o atraso nordestino era consequência das secas que castigavam a região, fornecendo explicações para as causas do “problema econômico fundamental” da região Nordeste. Na concepção de Rômulo, o processo de industrialização por substituição de importações fez com que a atividade econômica se concentrasse no Centro-Sul do país, ao passo em que se aumentavam os desequilíbrios regionais. O Nordeste que exportava produtos para o exterior sofria com a política cambial (de valorização artificial do Cruzeiro) em benefício da indústria nascente na região Centro-Sul. Em suas palavras:

O fato mais sensível é que os estados do Nordeste (inclusive Bahia) contribuem altamente para as exportações brasileiras e pouco participam das importações. A estrutura do comércio regional é caracterizada por grande saldo no comércio com o exterior e pesado déficit no comércio interno. (...) o efeito econômico é um desequilíbrio nos termos de troca e uma descapitalização pelo fato de venderem a preços de competição internacional, e de comparem (mesmo no caso de não haver defasagem entre o cambio oficial e o cambio livre) a preços que são os preços de escassez ou os preços de inevitável proteção do mercado interno. (BNB, 1985, p.228)

³ Lei n.1.004/49 promulgada pelo então Deputado Federal Paulo Sarasate UDN/CE.

⁴ Sobre o tema ver: TAVARES, H. Magalhães. “Uma Experiência de Planejamento Regional: o nordeste brasileiro.” Tese de Doutorado, IE/Unicamp, Campinas: 1989.

Ou ainda mais enfático:

O Nordeste pagava por isso, porque recebia pelo Dólar uma quantia muito pequena e não podia importar os produtos do exterior, tinha que importar de São Paulo, então importava muito mais caro, quer dizer, vendia por muito menos e comprava por muito mais. Isso provocou um desequilíbrio. (ALMEIDA, 1986a, p.78)

O relatório estava evidenciando que o Nordeste era uma região que exportava produtos primários e gerava divisas, ao passo que tinha que importar produtos manufaturados da região Centro-Sul, a custos superiores aos dos produtos importados, agravados principalmente pelos altos custos com transporte. Concluindo-se assim, que a região Nordeste estava de certa forma, financiando a industrialização do Centro-Sul. Esta ideia foi posteriormente retomada pelo relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, bem como inúmeros textos de Celso Furtado. Esses argumentos formaram as bases para a concepção da SUDENE tempos depois. Em discurso pronunciado na inauguração do Centro Administrativo Getúlio Vargas, em 1984, Rômulo retomou esta questão:

É oportuno frisar que o BNB não foi uma ‘iniciativa pontual’, como certas análises históricas mal informadas costumam julgar, ao atribuir à SUDENE o início de um trato sistemático dos problemas da região. Ele estava em um contexto maior de visão estratégica e da disposição de enfrentar a problemática nordestina global, superando tanto a visão de engenharia das obras contra as secas, quanto a ótica assistencialista. (...) a SUDENE não foi algo que surgiu do nada. (BNB, 1985, p. 172)

Por outro lado, contribuindo ainda mais com a concentração econômica na região Centro-Sul, o documento enfatizava também a existência de potenciais investimentos no Nordeste, mas o “marasmo” vigente na região conduzia tal capital para a região Centro-Sul, onde se encontravam as melhores condições de valorização. Este conceito espelha a influência teórica de Alfred Marshall, cuja obra fora traduzida no Brasil pelo próprio Rômulo de Almeida⁵. Essa influência consiste no conceito de “economias externas”, que explica esse deslocamento de capitais, através da maior lucratividade provocada pelo efeito de complementaridade e densidade de mercado característico da zona de concentração. Fazendo referência:

⁵ Ver Marshall, Alfred. "Princípios de Economia: tratado introdutório", 2 Volumes, tradução revista de Rômulo de Almeida e OttolmyStrauch, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

A maior eficiência marginal do capital nessas áreas [que possuem economias externas] tende não apenas a evitar que seu capital se transporte para fecundar as regiões mais distantes e desequilibradas, como também a atrair o capital que nestas se gera, frequentemente num ritmo espasmódico, nas quadras de safras e preços excepcionais. (BNB, 1985, p.230)

Por fim, o documento aponta para as deficiências dos órgãos públicos no tratamento dos problemas do Nordeste. A crítica pauta-se na falta de planejamento das ações do DNOCS, principal órgão de fomento de políticas regionais para o Nordeste. Para Rômulo, o DNOCS carecia de estudos científicos sobre a situação meteorológica, ecológica e agrícola, muito explicado pela própria falta de técnicos especializados no quadro de seus funcionários. Outro aspecto seria a fragilidade política do DNOCS. Constantemente, suas ações eram desviadas pela influência de certos grupos de interesse, evidenciando a falta de autonomia e escala de prioridades das ações deste órgão. Em síntese, todas as críticas feitas por Rômulo tinham como traço comum a necessidade de planejamento econômico efetivo na concepção das ações.

Evidenciados os problemas do Nordeste, a segunda parte do documento consiste em orientar o planejamento de uma alternativa de ação para o Nordeste. Neste sentido, o planejamento regional deveria compor-se de “planos permanentes”, com o objetivo de fomentar/aperfeiçoar mecanismos de: reserva e aproveitamento das águas, conservação do solo e do revestimento florístico, reserva e armazenagem de sementes e fomento agropecuário. Ao lado desses “planos permanentes” estariam os “programas de emergência”, que destinariam basicamente a manter o emprego, regular o abastecimento alimentar e de água, e promover a assistência aos emigrantes deslocados em tempos de calamidade. (BNB, 1985)

Em síntese, fica evidente que o Nordeste deixado a mercê das leis de mercado, cada vez mais se distanciaria, do ponto de vista econômico e social, do centro dinâmico da economia. Logo, justifica-se então, a intervenção do Estado para amenizar esses desequilíbrios regionais. Rômulo conclui no documento:

Por essa razão se impõe o programa de inversões federais básicas em obras e serviços públicos, ao lado de inversões complementares, em crédito a empreendimentos particulares ou públicos locais, que reduzam as desvantagens em relação ao Sul e apressem o processo de fixação e a atração de capitais no Nordeste. (BNB, 1985, p.231)

Toda essa concepção de planejamento regional que o documento trazia serviu como base estruturante para a ação do BNB que Rômulo idealizou. O Banco do Nordeste surgiu, a princípio, para aplicar a grande quantidade de recursos – garantidos pela Constituição Federal e pela Lei Sarate principalmente – destinados ao combate às secas, pois as obras até então do DNOCS, não haviam solucionado os problemas da região. Em suas palavras:

(...) nós examinávamos a experiência de combate aos efeitos da seca, e mostrávamos que a solução de engenharia era uma solução insuficiente, que era preciso pensar em termos econômicos, sociais e agrônômicos e que não se devia cuidar somente da seca e do polígono das secas, mas da região que era afetada por ele, ou seja, de todo o Nordeste. Era preciso pensar em termos econômicos. (ALMEIDA, 1986a, p.77)

Contudo, para abranger todos objetivos propostos pelo planejamento regional era necessário habilitar “um organismo de características originais na estrutura bancária brasileira, oferecendo singulares oportunidades para ação construtiva.” (BNB, 1985, p.197) ⁶ Rômulo apresentaria ao Congresso Nacional o projeto de criação do BNB⁷. As características originais advinham das funções híbridas que o BNB acumularia, ou seja, as funções de um banco comercial, de um banco de investimentos e de um banco assistencial. A ideia era dar flexibilidade no planejamento das ações, e neste sentido, o BNB atuaria na concessão de crédito a curto prazo para construção de pequenos açudes, perfuração e instalação de poços, obras de irrigação e aquisição ou construção de silos e armazéns nas fazendas. Atuaria também no financiamento direto de investimentos produtivos a mais longo prazo, como o financiamento de safras agrícolas, construção e instalação de armazéns nos centros de coleta e distribuição, e desenvolvimento de indústrias artesanais e domésticas que aproveitem matérias-primas locais. Por fim, no campo assistencial, atuaria tanto no auxílio de iniciativas econômico-sociais de mais baixa produtividade, como em subvenções diretas. Com essas características, Rômulo pretendia fazer do BNB uma agência de fomento de política regional. Na concepção de Rômulo:

(...) o banco foi criado para dar uma certa autonomia à condução da política regional, ou seja, para dar uma certa capacidade de inovação, uma certa

⁶Em depoimento sobre a criação do BNB, Rômulo mostra que a princípio houve uma rejeição por parte do Banco do Brasil, que até então administrava os fundos destinados à política de crédito, sobretudo os recursos da Lei Sarate. Negando a ideia de duplicação de funções e argumentando a favor da criação de um banco especializado: “Não se trata, simplesmente de substituir o Banco do Brasil nas operações previstas na Lei n. 1.004 [Lei Sarate], mas como foi dito, da criação de um instrumento financeiro especializado, em complemento do atual DNOCS, para a luta contra as secas e para impulsionar o progresso econômico no Nordeste, experimentando técnicas de assistência financeira ainda incipientes em nosso sistema bancário”(BNB, 1985, p.199).

⁷ Mensagem N° 363 elaborada pela Assessoria Técnica da Presidência da República e publicada no Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, n. 208, de 1 de Novembro de 1951, p. 10.433-5.

independência do ponto de vista financeiro na formulação e na execução da política regional. (BNB, 1985, p.89)

Destarte, pretendia-se conciliar uma política que combatesse os problemas imediatos que a seca proporcionava, com projetos que visavam a modernização/aperfeiçoamento das atividades já existentes. Neste sentido, havia projetos específicos para alcançar estes objetivos, tais como: A) um programa de aproveitamento racional dos rios perenes da região, principalmente o São Francisco, o Parnaíba, o Paraguaçu, o rio do Contas, o Itapicuru e o Vaza-Barris; B) no levantamento e na programação das obras de açudagem, para tornar perenes ou regularizar rios temporários e torrenciais e acumular água em grandes barragens, especialmente com fins de irrigação e C) num programa ampliado de cooperação para projeto e construção de pequenos açudes (BNB, 1985, p.241). No fundo, todos esses projetos visam maximizar o aproveitamento/armazenagem da água para corrigir as possíveis irregularidades das precipitações, e com isso amenizar os problemas decorrentes da seca.

No que tange a modernização/aperfeiçoamento da agricultura, os projetos convergiam para o constante estudo técnico da geografia da região, de forma a desenvolver as potencialidades e corrigir as deficiências das atividades agrícolas no semi-árido, visava-se aumentar a produtividade da chamada “agricultura seca”. Concomitantemente, o BNB atuava na concessão de crédito rural e projetos de redescontos rurais, consolidando a base econômica de financiamentos para o desenvolvimento da agricultura⁸. Com este panorama, o BNB incentivaria o desenvolvimento dos seguintes setores: A) de produtos minerais, florestais e agropecuários da região; B) as indústrias de alimentação, que industrializem produtos regionais e contribuam para melhorar o padrão alimentar do Nordeste; e C) a pequena indústria artesanal e doméstica, incluindo oficinas mecânicas. Levar-se-á em conta o fator humano: os pendores do nordestino, criador de variada atividade artesanal. (BNB, 1985, p.247)

De maneira a institucionalizar e fornecer elementos técnicos necessários para a continuidade do planejamento regional, Rômulo propôs, concomitantemente com a constituição do BNB, a criação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE). Ficaria esse órgão responsável a realizar estudos para o desenvolvimento da região, desenvolver pesquisas sobre suas

⁸ Sobre a debilidade de mecanismos de financiamentos, Rômulo toma como exemplo o caso do plantio do “algodão mocó”. Sendo uma planta de cultivo perene e que só começa a produzir bem após três anos do plantio, o “algodão mocó” necessita de financiamentos regulares para sua produção. Dado a debilidade creditícia existente, surge o plantio intercalado de outras variedades algodoeiras resultando em uma hibridização e deterioração da qualidade de suas fibras, demandadas pela indústria têxtil. A situação pode chegar ao extremo de a produtividade das fibras híbridas diminuir tanto ao ponto de ter que se importar algodão no exterior. Estava posto mais um argumento que legitimava a atuação do BNB.

potencialidades e treinar os futuros técnicos especializados que comporiam o quadro de funcionários do BNB. Defendendo a importância do ETENE, Rômulo argumenta:

Acresce que, para fomentar os empreendimentos rentáveis e orientar todo o seu programa de financiamento, o Banco do Nordeste do Brasil deverá manter um escritório técnico de estudos econômicos, voltado especialmente para as condições do mercado para produtos da região, as possibilidades de novas culturas e o aproveitamento de matérias-primas locais. Para isso deverá empreender estudos de base sobre a estrutura e a evolução conjuntural da economia nordestina, tornando-se assim um auxiliar do órgão encarregado do planejamento e da execução, direta ou não, da política federal do polígono das secas. (BNB, 1985, p.199)

Através dessa caracterização, estaria o BNB habilitado para enfrentar os problemas estruturais do Nordeste, promovendo o efetivo desenvolvimento desta região. Analisando esses elementos constitutivos do BNB, percebemos que estariam lançadas ao plano da efetivação as concepções teóricas do planejamento econômico que Rômulo desenvolveu em um texto clássico de 1950. Em suas palavras:

Feito isso, a pesquisa e o planejamento deverão quicá ordenar-se em duas fases: uma, mais pronta, e preparatória, consistente na pesquisa da experiência e na determinação dos gargalos, ou insuficiências mais sensíveis, bem como das condições prévias necessárias para uma ulterior política mais larga de desenvolvimento (...) Assim, enquanto essas medidas seriam experimentadas, sob a observação dos órgãos de planejamento, estes poderiam e deveriam realizar os estudos de profundidade e a projeção minuciosa das alternativas, correspondentes à segunda fase, a de uma política econômica ou planejamento de mais largo alcance.

(...) Estaria assim lançado o plano à execução. Aos órgãos propriamente de planejamento restaria apenas a tarefa de controlar os resultados da execução, de continuar as pesquisas e a revisão permanente dos alvos e mesmo dos objetivos. (ALMEIDA, 1950, p.47-48)

Estava explícito, nestes termos, que o documento “Planejamento do Combate às secas” constituía a primeira e o ETENE a segunda fase do planejamento regional que legitimou a ação do BNB, concebido por Rômulo.

Para além dessa relação entre a concepção teórica acerca do planejamento econômico e a ação prática, percebemos que o campo de atuação do BNB revela elementos importantes do

pensamento econômico de Rômulo Almeida. A ênfase de suas operações de crédito e financiamento era dada em projetos que visavam o melhor aproveitamento dos recursos hídricos, conservação do solo e, principalmente, na melhoria da infra-estrutura usada pela agricultura. A indústria aparecia marginalmente nesses projetos, e mesmo assim, estas apareciam como indústrias artesanais e domésticas.

Coube ao estudo “Pequenas indústrias artesanais e domésticas”, realizado em 1954, dar maiores detalhes sobre o potencial dessas indústrias para a economia nordestina (BNB, 1985). Rômulo argumentava neste estudo que as dificuldades com os transportes para o escoamento da produção, juntamente com o baixo poder aquisitivo da massa de desempregados garantiam ao Nordeste as características para o desenvolvimento deste tipo de indústria. Portanto, justifica-se a atuação do Estado no fomento desta atividade, principalmente porque:

a) Possuem condições econômicas comprovadas e parece lógico que reduzindo-lhes o custo, melhorando-lhes os tipos e qualidades e assegurando-lhes maior rendimento, as possibilidades econômicas do artesanato e da indústria doméstica se reforçarão; b) a economia agrícola em toda parte, especialmente numa região tão sujeita à instabilidade climática, requer o complemento de ocupações domésticas, como ocupação subsidiária da agricultura; c) o desemprego e subemprego no campo exige a criação de atividades que encontrem condições propícias na região, com o objetivo de dar ocupação e melhorar a condição de vida, mesmo na base de uma economia relativamente fechada; d) indústrias artesanais e domésticas, em regra, requerem pouco capital por unidade de emprego ou de produto, o que atende às condições do país, especialmente da região; e) mesmo nos casos em que a indústria artesanal e doméstica constitua uma mera fase evolutiva na presente estrutura nordestina, ela deve ser reputada como a melhor preparação que o nosso povo pode fazer para o advento da média e da grande indústria; e f) a pequena indústria artesanal e doméstica é, ainda, um campo para a afirmação e fixação da personalidade regional, através da qual o caráter local manifesto pelos hábitos e pelos motivos, pode ser defendido ou mesmo cultivado, naquilo que tem de válido. (BNB, 1985, p. 310-311)

Estava clara a influência teórica de economistas do desenvolvimento equilibrado na concepção do planejamento regional feita por Rômulo, esta influência por sua vez se concretiza quando se analisa a proposta de ação definida pelo BNB. Assim como mostra André Tosi Furtado, em resumo:

O projeto de desenvolvimento da região era ainda basicamente autocentrado, já que as atividades a serem apoiadas a orientavam-se fundamentalmente aos mercados locais ou regionais, ou se apoiavam ainda nas atividades tradicionais da região. Tratava de uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, à La Nurkse, em que haveria um crescimento

harmonioso de todas atividades produtivas, inclusive daquela de mais baixa produtividade, que iriam ser modernizadas gradualmente por meio da intervenção do Estado. (FURTADO. 2007, p. 344)

Dentro desse campo de atuação proposto pelo BNB, fica evidenciado que não se pensava o Nordeste como uma proposta de inserção desta região no mercado interno através de atividades dinâmicas, não se pretendia romper com a lógica histórica de dependência com o Sul, pelo contrario, pensava-se em desenvolver atividades em harmonia com este esquema. Logo em seu discurso de posse no cargo de Presidente do BNB, Rômulo deixava explícita esta ideia:

Deverá ser o BNB um instrumento de política financeira do governo, pois que não se pode conceber o desenvolvimento da economia nordestina em dissonância com as diretrizes gerais firmadas para o conjunto da economia nacional. O BNB se integra no sistema das instituições financeiras da União (BNB, 1985, p. 168)

Este aspecto entra em consonância com a visão de desenvolvimento regional no pensamento econômico de Rômulo Almeida, pois considerava que o Nordeste constitui-se como uma região integrada a dinâmica nacional de crescimento econômico, com funções específicas dentro desta lógica. Neste sentido, não se pretendia desenvolver no Nordeste indústrias em competição com as da região Sul, pois dessa forma poderia comprometer o crescimento ótimo nacional. Em suas palavras:

Não devemos, por espírito de ingênuo equalitarismo ou distributivismo desavisado, retardar o progresso das zonas presentemente mais pujantes do país, simplesmente para ajudar as demais, pois que seria comprometer o crescimento da nação como um todo e assim o próprio futuro das regiões atrasadas. (BNB, 1985, p. 196)

Desta forma, Furtado (2007) caracteriza a vocação do BNB como “essencialmente ruralista”, pois “o projeto de desenvolvimento elaborado para região estaria voltado para o meio rural e para as populações mais carentes” (FURTADO, 2007, p. 344) Todavia, a atuação do BNB não pode ser caracterizada simplesmente como uma “vocação ruralista”, como referencia a análise de Furtado (2007). Esta atuação, nos termos deste trabalho, reflete a proposta de desenvolvimento econômico no pensamento econômico de Rômulo Almeida, principalmente quando analisamos o

texto “Industrialização e base agrária”⁹, neste texto Rômulo nega a visão de que existe “um velho conflito ou suposto conflito entre a agricultura e a indústria [porque esta visão] não passa de um fantasma desmoralizado” (ALMEIDA, 1956, p.93). O verdadeiro desenvolvimento econômico necessita de complementaridade tanto da frente agrícola como da industrial.

Neste sentido, o texto indica os efeitos que a industrialização provoca na agricultura:

Mercados mais estáveis para as matérias-primas; estímulo à diversificação agrícola, tanto na produção de matérias-primas, como na de alimentos, o que significa maior estabilidade para a economia agrícola; maior segurança para os suprimentos dos bens de consumo; produção de equipamentos e materiais agrícola, importando em maior estabilidade e maior capacidade de investimento agrícola; consciência tecnológica. (ALMEIDA, 1956, p. 96)

Dialeticamente, a agricultura também causaria efeitos sobre a indústria. O desenvolvimento agrícola permite progresso qualitativo e quantitativo das matérias-primas empregadas na indústria; maior oferta de alimentos resultando em ganhos de salário real para os trabalhadores; e nos casos dos países subdesenvolvidos, as exportações dos produtos agrícolas garantem capital de importação que o desenvolvimento industrial necessita. (ALMEIDA, 1956)

Portanto, a atuação do BNB ressalta elementos interpretativos do pensamento econômico de Rômulo Almeida, sobretudo se analisarmos os aspectos teóricos constitutivos de sua visão sobre planejamento regional e a forma com que este fora incorporado na concepção e nas ações práticas do BNB, que no limite, representariam as políticas de desenvolvimento regional no Nordeste na década de 1950. Para sintetizar:

Concluindo, desejo acentuar que as bases agrícolas do processo de industrialização assentam no próprio fato de que um programa de desenvolvimento econômico, que poderá ser denominado como industrialização, é essencialmente um programa integral e unitário. (ALMEIDA, 1956, p.105)

⁹ ALMEIDA, Rômulo. Industrialização e base agrária. In: Introdução aos problemas do Brasil. ISEB. Rio de Janeiro, 1956.

Rômulo Almeida e a Comissão de Planejamento Econômico na Bahia.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, a carreira de Rômulo seguiria outros rumos. Por diferenças ideológicas com o governo organizado por Café Filho e seu Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, Rômulo se demitiria da Presidência do BNB. Sob o lema “Emancipação econômica e progresso social”, Rômulo seria eleito Deputado Federal pela Bahia, para o quadriênio de 1955-59. Entretanto, nem chegaria a exercer as funções do legislativo, pois aceitaria o convite do então eleito Governador da Bahia, Antônio Balbino, para compor a Secretaria da Fazenda do Estado. Balbino via em Rômulo a peça-chave para as transformações econômicas que ele pretendia realizar na Bahia.

À luz de todas as transformações econômicas em que a Bahia estava passando, e com a disposição de enfrentar o “enigma baiano”,¹⁰ Balbino em um de seus primeiros atos de governo cria, através do Decreto n. 16.261, de 27 de maio de 1955, a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), deixando-a sob responsabilidade de seu Secretário da Fazenda: Rômulo Almeida.

A CPE tinha a finalidade de institucionalizar um sistema de planejamento econômico no aparelhamento do Estado da Bahia. Para tanto, previa das funções de estudo, planejamento, organização e controle da economia da baiana, em outras palavras, a função da CPE era racionalizar a estrutura administrativa estadual e construir projetos para o desenvolvimento do estado, tendo como pilar estruturante a concepção original até então de planejamento em um nível regional.

Citando os objetivos expressos no Art. 4º do Decreto que instituiu a criação da CPE, Castro os evidencia:

- a) Estudar e promover as medidas convenientes à estabilidade e desenvolvimento equilibrado do Estado e de áreas econômicas vizinhas, cujos interesses sejam solidários aos da economia baiana, podendo adotar um programa ou plano integrado de desenvolvimento, reunindo medidas de diversas esferas administrativas e de esfera particular [...].
- b) Estudar e propor, a quem competir, empreendimentos específicos que repute de interesse fundamental pelo seu caráter demonstrativo, pioneiro ou pela sua influencia sobre outras atividades para o desenvolvimento geral [...].
- c) Promover a colaboração mais estreita entre a administração estadual e a administração federal, as entidades autônomas e as forças da economia privada, tendo em vista acelerar o processo de desenvolvimento [...].
- d) Promover, diretamente, ou através da ação articulada de órgãos ou entidades colaboradoras a divulgação adequada dos recursos, possibilidades e

¹⁰ A expressão cunhada por Otávio Mangabeira representava o descontentamento de gerações que presenciaram a estagnação econômica da Bahia, o ostracismo industrial e o atraso econômico desta região em relação aos outros estados da federação. Diversos textos tratam da questão do “enigma baiano”, uma síntese é feita por: CASTRO (2010)

condições para empreendimentos na Bahia bem como dos seus trabalhos [...]. (CASTRO, 2010, p. 83)

Estaria clara a influência de Rômulo na concepção destes pontos, pois assim como mostramos anteriormente, a visão do desenvolvimento equilibrado que constituía o pensamento econômico de Rômulo era incorporado ao órgão de fomento das políticas de desenvolvimento regional, no caso o anterior o BNB, todavia a CPE não seria diferente. Novamente analisando o campo de atuação e os estudos desenvolvidos pela CPE, percebemos a relação destes com o pensamento econômico de Rômulo, sobretudo no tocante ao planejamento e desenvolvimento regional.

Do ponto de vista de sua organização, a CPE contou com o apoio da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, principalmente, com o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), no sentido de fornecer as bases de um planejamento “mais teórico” através de estudos sistemáticos. Estaria dessa forma contemplada uma das estratégias do planejamento econômico: “Assim, os órgãos de planejamento devem ser nitidamente separados dos de execução, conquanto se articulem no nível da deliberação” (ALMEIDA, 2012, p. 22). Questionado sobre este esquema, Rômulo argumenta:

O Instituto [de Economia e Finanças da Bahia] colaborava ainda com a Universidade [Federal da Bahia], fazia alguns trabalhos básicos com a Universidade e com a CPE. O programa era o seguinte: O Instituto fazia os trabalhos de base, recolhia informações básicas, teria o que se chama hoje, um de banco de dados, fazia os indicadores e o índice da economia regional. Chegou a montar isso, chegou a montar os índices de custo de vida, da atividade econômica da Bahia e a CPE se utilizava disso para fazer o seu trabalho de programas e projeto. (ALMEIDA, 1986a, p. 97)

Aludindo, seria a mesma estratégia de organização do planejamento que Rômulo utilizou no BNB, no caso, se institucionalizaria o planejamento com a criação do ETENE, já na com a CPE, esta função seria atribuída ao IEFB.

Os estudos realizados pela CPE seriam reunidos em três volumes nas “Pastas cor-de-rosa”¹¹, recentemente publicados pela Secretaria do Planejamento da Bahia.¹² Tais estudos fornecem uma rica análise dos problemas estruturais da Bahia e indicam os rumos a serem seguidos

¹¹ Título cunhado pelo *Jornal A Tarde*, fazendo menção às folhas cor-de-rosa que foram emprestadas pela Escola de enfermagem da UFBA e foram utilizadas pela CPE, dada a limitação de recursos.

¹² ALMEIDA, Rômulo. Pastas rosas de Rômulo Almeida. Seplan. Salvador, 2012.

em prol do desenvolvimento econômico do estado. Por outro lado, representam também, no pensamento econômico de Rômulo, a consolidação do planejamento econômico em nível regional como norteador das estratégias de desenvolvimento regional. Assim como no texto “Planejamento do combate às secas” que concedeu legitimidade à atuação do BNB, as Pastas cor-de-rosa também podem ser interpretadas de tal forma. Estariam lançados novamente os elementos teóricos do pensamento econômico de Rômulo Almeida ao campo da efetivação, mas agora institucionalizado no governo do estado da Bahia.

Logo nas observações preliminares das Pastas cor-de-rosa, Rômulo tem o cuidado de distinguir sua proposta de planejamento com uma proposta de “planificação rigorosa do desenvolvimento econômico-social”, que aliás, em sua concepção é “impossível numa escala provincial”. Para Rômulo, planejamento é “o processo de racionalização das atividades do estado e do uso de fatores de produção e de desenvolvimento”. Contudo, o planejamento não pode se limitar às estratégias contidas no plano propriamente dito, o mesmo deve ser considerado de forma dinâmica para que possa ser constantemente aperfeiçoado. Neste sentido, o planejamento consiste essencialmente em: “a) pesquisa; b) planejamento e programação, propriamente: fixação das diretrizes e dos alvos; c) controle de resultados; e d) revisão dos alvos” (ALMEIDA, 2012, p. 12) Nota-se que essas definições iniciais sobre as propostas de planejamento são as mesmas encontradas no texto “Experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia” de 1950, o que nos indica que de fato as Pastas cor-de-rosa também representam a concepção teórica do planejamento na visão de Rômulo.

Seguindo as etapas da proposta do planejamento econômico, o documento enfatiza os principais problemas que caracterizam o atraso econômico da Bahia. A formação histórica da economia baiana se fez sob aspectos de instabilidade, fundamentalmente representados por “a) grande dependência da agricultura, agravada com a incidência da seca no território baiano; e b) grande dependência do comércio externo” (ALMEIDA, 2012) Paralelamente, esta dinâmica prejudicava a Bahia ao considerar os desequilíbrios inerentes ao comércio interno, novamente encontramos este argumento na análise:

O saldo com o exterior é aplicado em compras no país. Mesmo nos períodos em que a taxa de câmbio era justa ou de paridade (para a compra de letras de exportação), essas compras eram feitas a preços afetados por tarifas aduaneiras e pela escassez de câmbio, com o sobrecusto dos transportes internos. O papel da Bahia, dessa forma e há muitos decênios, tem sido financiar o desenvolvimento do Sul, o multiplicador das exportações opera em benefício do resto do país. (ALMEIDA, 2012, p. 15)

Neste ponto, o argumento entra em consonância com estudos feitos anteriormente sobre os problemas do Nordeste, mas o agravante na Bahia encontra-se no enquadramento de seu principal produto de exportação, o cacau, nas cotas de exportações: “Ainda hoje, a liquidação do cacau para exportação é na base de CR\$ 37,00 enquanto as importações do país regulam pelas categorias 4 e 5. A inflação, certamente, agrava essa situação”. (ALMEIDA, 2012, p. 70) Esse tema é central no texto “Participação da Bahia na vida nacional”¹³, este ofício - assinado pelo Governador Antônio Balbino, mas escrito por Rômulo - dirigido ao Presidente Juscelino revelaria em termos quantitativos os prejuízos que a Bahia sofre com “ingovernável” lógica de comércio interno. Na aurora da Reforma Cambial de 1955, o documento revela:

Durante o ano de 1955, o prolongado anúncio da reforma cambial determinou uma profunda perturbação no mercado do cacau e deve ter concorrido para a queda dos seus preços — como, seguramente, concorreu para a retenção de estoques, para a redução geral do nível de atividades e de emprego, na Bahia (ao menos em termos relativos), e, assim, para anular, rapidamente, os efeitos favoráveis que se deveriam esperar da nossa safra excepcional, em quantidades e preços, de cacau, ocorrida em 1954. (DIÁRIO, 1956, p. 4)

Dado uma espoliação de até 20% da renda nacional produzida na Bahia, devido seu enquadramento nas categorias cambiais dessa reforma, conclui o documento:

A conclusão é clara: a política cambial vigente retira da Bahia as principais, senão as únicas possibilidades de progresso econômico autônomo na atual conjuntura, privando-a, em verdade, do direito de pensar em seu desenvolvimento, inclusive no campo das exportações, para o que, a despeito de tudo, se tem revelado tão capaz, fornecendo, nos últimos decênios, o maior saldo líquido no comércio exterior do Brasil. (DIÁRIO, 1956, p. 5)

Destarte, não bastaria como solução para este problema, melhorar automaticamente a capacidade de importar da Bahia, visto que o problema se revelaria em outro aspecto, o da capitalização ensejada por este processo. A baixa eficiência marginal do capital na Bahia inviabiliza, por muitas vezes, os investimentos necessários, que por sua vez, migram para outras regiões onde possam se beneficiar da complementaridade proporcionada pelas economias externas. Esses fatores impeditivos são evidenciados no capítulo “Condições gerais do desenvolvimento”:

¹³ DIÁRIO da Assembleia Legislativa. Estado da Bahia, 15 de Agosto de 1956. Antonio Balbino. *Carta ao Presidente Juscelino Kubitschek*. Conhecida também como Carta de Balbino.

- a) flutuação dos mercados locais e barreira dos transportes interestaduais para expansão dos mercados;
- b) grande deficiência do capital social (transportes, comunicações, energia, água, etc.), e de outras “economias externas”; c) deficiência dos fatores institucionais (tributação, clima social favorável às iniciativas e ao progresso técnico, ação promocional do Estado, etc). (ALMEIDA, 2012, p. 15)

Neste prisma é que se justifica e se reitera a atuação insubstituível do estado no processo de desenvolvimento econômico, para além de uma ação tradicional de fomento, de acordo com o documento, o estado deve ir além, no tocante ao planejamento; coordenação dos investimentos municipais e particulares em pontos estratégicos; orientar para convergência dos investimentos do Governo Federal em um plano comum; e supra com atuação direta, em período pioneiro, os empreendimentos de baixa rentabilidade onde a iniciativa privada faz-se inexistente. Citando no texto:

O papel do Estado é decisivo através dos investimentos básicos, das outras ‘economias externas’, do planejamento, que revela os investimentos públicos e particulares socialmente mais produtivos, e da iniciativa, suplente, que assegure, com os demais fatores, melhor grau de complementaridade e sincronismo no conjunto dos investimentos. (ALMEIDA, 2012, p. 18)

Feitas essas constatações preliminares, seriam incorporados nas Pastas cor-de-rosa diversos estudos realizados pela comissão multidisciplinar da CPE, elencando os principais pontos de atuação do estado com a criação de projetos que dessem conta de superar os problemas mencionados, e desta forma, alavancassem o desenvolvimento econômico. Esses estudos foram subdivididos nos capítulos: Transporte e Comunicação; Energia; Agricultura e Abastecimento; Indústrias; Financiamento do programa; Panorama administrativo do Estado da Bahia; e Recursos Naturais, pesquisas e pessoal técnico. Embora todos esses capítulos fossem coordenados e possuísem certa contribuição de Rômulo, os pontos relativos à agricultura e à indústria, nos revelam aspectos importante de seu pensamento econômico. Uma análise mais apurada se faz necessária.

Traduzindo em números a importância da agricultura para economia baiana, o capítulo “Agricultura e abastecimento” revela que, em 1940, esta atividade contribuiu com 41% da renda territorial da Bahia e empregou 73% de toda população ativa, contudo apenas 9,8% da área do estado era aproveitado para tal finalidade. Este horizonte revela a possibilidade de expansão

agrícola na Bahia. Entretanto, desde que sejam garantidos aos agricultores mercados ampliados e rentabilidade nessa ampliação. Outros fatores também tornam-se fundamentais como a solução das deficiências de transporte, armazenamento, crédito e segurança de preços mínimos, e assistência técnica. (ALMEIDA, 2012)

Portanto, de forma a superar as dificuldades de expansão agrícola indicadas e trazer para a margem de cultivo econômico áreas subutilizadas, é necessária a criação de um programa de fomento agrícola. Os investimentos do estado para este programa de fomento agrícola devem ser orientados para:

- a) redução das flutuações na produção agrícola ou de suas consequências sobre o abastecimento e o comércio, pois que aí já existe o mercado; b) atender às necessidades efetivas do abastecimento, com certa margem de subsídio (auxílio) dos poderes públicos; c) substituir importações e atender à elevação da demanda, em função da elevação da renda, da redução dos preços e do crescimento da população; d) atender às possibilidades reais de expansão das exportações para o exterior – contribuição sobretudo para o programa nacional; e) atender à demanda das indústrias que se criarem. (ALMEIDA, 2012, p. 78)

De forma complementar a esse programa de fomento agrícola, e a partir das condições favoráveis que o mesmo proporcionará, o desenvolvimento industrial torna-se fundamental para a Bahia. Beneficiando da variedade de recursos naturais além de mão-de-obra considerável existentes na Bahia, o desenvolvimento da indústria contribui para:

- a) o melhor aproveitamento da capacidade atual de importar; b) idem da capacidade potencial de utilizar as divisas produzidas pelas exportações baianas, assim, corrigindo o desgaste no intercâmbio; c) contribui para reduzir a instabilidade da economia baiana: I. reduzindo a quota da agricultura (condições variáveis de tempo) na renda social da Bahia; II. oferecendo base para o desenvolvimento da agricultura não dependente dos mercados exteriores (matérias primas e abastecimento para as populações industriais urbanas); d) contribui para a maior regularidade e aproveitamento dos transportes e, em geral, dos capitais invertidos na economia baiana; e) determina a fixação de recursos técnicos na Bahia, o que se reflete nos padrões da agricultura, serviços e governo; f) contribui para ou determina, direta ou indiretamente, a preparação da mão-de-obra e o levantamento do padrão de ensino. (ALMEIDA, 2012, p. 144)

Para tanto, caberia ao estado o papel de liderança na coordenação dos recursos, na criação de um ambiente propício para o surto industrial. Em suma, a ação do estado deveria se orientar para os seguintes pontos:

a) sistema de colaboração ao esforço local para suprimento de condições ao fomento industrial; transporte, comunicações, energia, água, habitação, educação técnica, etc. (além de planejamento geral para eficiência na administração e nos investimentos); b) pesquisas e informações econômicas e tecnológicas; c) condições fiscais e legais favoráveis e ambiente receptivo na administração pública; d) facilidades para preparação de pessoal; e) ajuda na projeção, assumindo parte do risco do empreendedor na falta de proveito dos estudos iniciais, que são caros, sobretudo feitos isoladamente [aprofundamento das pesquisas e informações (b)]; f) preferência para as compras; g) ajuda ao financiamento através das suas instituições financeiras, sobretudo o Banco do Estado, por meio de empréstimos normais e do uso do aval para permitir financiamentos diretos (essa assistência, além das condições bancárias, terá relação com o maior ou menor interesse econômico da indústria para a Bahia). (ALMEIDA, 2012, p. 145)

Aproveitando dos estudos expostos, seria criado pela CPE, em 1956, o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial. Considerado como projeto de maior relevância, o FUNDAGRO realizaria programas de investimentos visando a organização da economia agrícola e seu abastecimento, podendo promover até por conta própria empreendimentos estratégicos onde a iniciativa privada fosse incipiente. A partir do FUNDAGRO programaram-se vários projetos na Bahia resultando na criação de diversas empresas, tais como CASEMBA no ramo de sementes, ECOSAMA no ramo da conservação do solo e mecanização e a FRIUSA no ramo de frigorífico. Comentando este modelo de gestão, Rômulo enfatiza:

O FUNDAGRO era uma *holding*, e como tal não administrava diretamente nada. Apenas formulava os projetos, constituía as empresas, dava o apoio técnico, fazia as auditagens e exercia o controle de gestão. Era uma organização para crescer e consolidar-se. (SOUZA & ASSIS, 2006, P. 244)

Nos termos deste trabalho, o FUNDAGRO, é entendido como a efetivação da concepção de desenvolvimento regional no pensamento econômico de Rômulo Almeida. Estruturado sob as diretrizes de um planejamento regional amplo, o FUNDAGRO responderia aos objetivos de racionalização da produção agrícola integrado à lógica de desenvolvimento nacional. Em outras palavras, assim como na análise feita sobre o campo de atuação do BNB e o papel relativo à indústria, não se propunha desenvolver na Bahia indústrias concorrentes com as do Sul, mas sim melhorar o aproveitamento da capacidade de importar, para que planos que racionalizem a produção agrícola, como o FUNDAGRO, possam ser factíveis. Esta seria a política industrial para a Bahia, de acordo com as concepções de Rômulo. Uma política industrial que entende a industrialização como processo intersetorial de aproveitamento de vantagens locais.

O sentido geral de um programa econômico para a Bahia é alcançar uma elevação da renda real per capita e sua manutenção da forma mais estável e compatível com a natureza dos recursos e os interesses da economia nacional. (ALMEIDA, 2012, p. 14)

Considerações finais

Recentemente, uma série de publicações vem contrariando esta tendência, com reedições e publicação de livros e textos sobre Rômulo Almeida, muito por conta da proximidade de seu centenário. O presente trabalho tenta agregar, e por muitas vezes “descobrir”, do ponto de vista do pensamento econômico, a verdadeira contribuição deste economista.

A seguir apresentamos uma tabela que sintetiza alguns pontos empreendidos ao longo do texto, e que expressam de forma esquemática a ligação da concepção teórica, tanto dos conceitos de planejamento econômico e, principalmente, do desenvolvimento regional de Rômulo com sua efetividade, ou seja, a realização das políticas de fomento econômico no Nordeste.

Neste sentido, tem papel destacado nesta tabela o papel da indústria para a concepção de Rômulo, por considerar que este ponto revela aspectos de ligação com suas influências teóricas, tão importantes para a definição da concepção do desenvolvimento regional contidas na efetivação das políticas de fomento regional.

Tabela 1 – Síntese da estrutura organizacional do planejamento econômico na concepção de Rômulo Almeida.

Órgão/instituição que Rômulo esteve à frente para o fomento das políticas regionais.	1ª etapa do planejamento econômico: diagnóstico e estudos prévios.	2ª etapa do planejamento econômico: as realizações.	3ª etapa do planejamento econômico: controle dos objetivos e revisão dos resultados.	Concepção sobre o papel da indústria no desenvolvimento regional.
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	Estudo: “Programação do combate à Seca” (BNB,	Operações de crédito para o desenvolvimento e fortalecimento	A cargo do Escritório Técnico de Estudos	Indústrias artesanais e domésticas

	1985)	da agricultura	Econômicos do Nordeste (ETENE)	
Comissão de Planejamento Econômico (CPE)	Estudos das “Pastas cor-de-rosa” (ALMEIDA, 2012)	Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO)	A cargo do Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB)	Agroindústrias

Percebe-se que todas as instituições guiadas pelas concepções *almeidianas* seguem uma mesma estrutura organizacional do planejamento econômico, definidas no texto clássico, de 1950, “Experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia”. Por outro lado, lançamos também a interpretação que compreende teoria (pensamento econômico de Rômulo Almeida) e prática (efetivação das políticas regionais dos órgãos em que Rômulo esteve no comando) como elementos que se completam, que se justificam. A abertura do enfoque analítico, empreendido neste trabalho, contribui para o avanço dos estudos sobre Rômulo Almeida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aristeu Barreto de. (org.) **Rômulo Almeida o Construtor de Sonhos**. Salvador: CORECON, 1995.

_____. **Experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia**. In: Estudos Econômicos, ano I, n.2. CNI. Rio de Janeiro: 1950.

_____. **Industrialização e base agrária**. In: Introdução aos Problemas do Brasil, Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. **Programação Educacional Num País em Processo Inicial de Desenvolvimento**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Nº 105 - Jan/mar 1967.

_____. **Rômulo: voltado para o futuro**, Fortaleza: BNB, 1986a.

_____. **Política econômica do segundo governos Vargas** In: Szmrecsányi, T. & Granziera, R. "Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea", Campinas: Unicamp, 1986b.

_____. **Planejamento Regional**. In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001.

_____. **Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio** In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

_____. **Pastas rosas de Rômulo Almeida**. Seplan. Salvador, 2012.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; KOURY, Ana Paula. **Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação**. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1075-1113, dez. 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Z. **Qual era o Projeto Econômico Varguista?** In: Estudos Econômico, v.41, n.2, 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **O Nordeste no Segundo Governo Vargas**. Fortaleza: BNB, 1985.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CASTRO, Marcial Humberto S. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955 – 1961)**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. Salvador: 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**, 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DIÁRIO da Assembleia Legislativa. Estado da Bahia, 15 de Agosto de 1956. Antonio Balbino. **Participação da Bahia na vida nacional**.

DRAIBE, Sonia **Rumos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FONSECA, Pedro Dutra da. **Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira** In: Tempo. Rio de Janeiro, UFF, 2009.

_____. **O mito do populismo econômico de Vargas**. In: *Revista de Economia Política* 31 (1), 2011.

FURTADO, André Tosi. **Rômulo Almeida (1914-88) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro**. In: Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Atlas, 2007.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. **Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 4, 1984.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009a.

_____. **O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009b.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia: tratado introdutório**. 2 Volumes, tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PEDRÃO, Fernando. **Rômulo Almeida: pensar m(e viver) o futuro**. REBAP. Revista Brasileira de Administração Política, v. 1, p. 95-102, 2008.

_____. **Rômulo Almeida, o homem e sua época**. In FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. “Rômulo, desenvolvimento regional e industrialização”. Salvador, 2013.

SANTOS, Renata Belzunces dos. **A assessoria econômica da Presidência da República: contribuição para a interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)**. Dissertação de Mestrado, IE/Unicamp, Campinas, 2006.

SOUZA, Aristeu & ASSIS, J. Carlos de. **A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida**. Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. O Plandeb. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano XI, nº 20, Julho de 2009, Salvador.

TAVARES, Hélio Magalhães. **Uma experiência de planejamento regional: o Nordeste brasileiro**. Tese de doutorado, IE/Unicamp. Campinas: 1989.